

# **Relatório de Gestão | 2023**

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. LUCINDA  
ANDRADE, SÃO VICENTE**

**FUNCIONAMENTO NORMAL**

## 0 ÍNDICE

0	Índice.....	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
2	Caracterização da Entidade .....	4
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA .....	4
2.2	Identificação.....	4
2.3	Localização.....	4
2.4	Regime Financeiro .....	4
2.5	Legislação .....	4
2.6	RECURSOS HUMANOS .....	5
2.7	Estrutura organizacional .....	7
2.8	Missão.....	7
2.9	Atribuições.....	8
2.10	Visão .....	8
2.11	Estrutura Interna da Escola .....	9
2.12	Descrição sumária das atividades.....	9
	<b>Conselho da Comunidade Educativa .....</b>	<b>9</b>
	<b>O Conselho Executivo .....</b>	<b>10</b>
	<b>Conselho Pedagógico.....</b>	<b>11</b>
	<b>Conselho Administrativo .....</b>	<b>12</b>
2.13	Perspetivas Futuras.....	13
3	Recursos Financeiros .....	14
3.1	Análise da Execução Orçamental .....	14
	<b>Orçamento da receita.....</b>	<b>14</b>
	<b>Indicadores orçamentais .....</b>	<b>21</b>
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras .....	21
	<b>Situação Económica.....</b>	<b>22</b>
3.3	Proposta de aplicação de resultados .....	28

## 1 NOTA INTRODUTÓRIA

---

O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Este relatório apresenta uma análise financeira das atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente no decurso do ano de 2023. A análise tem por base as despesas de funcionamento da escola, que se dividem em três categorias principais: despesas com pessoal, outras despesas correntes e despesas de capital.

Simultaneamente, é efetuada uma análise às das operações de financiamento relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência demonstrando o compromisso da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente com a otimização dos recursos financeiros e a utilização eficiente dos fundos recebidos. A escola demonstra uma gestão responsável e transparente das suas finanças, assegurando a utilização adequada dos recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que beneficiam a comunidade escolar.

O presente documento serve como relatório de gestão da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente para o ano de 2023. Este relatório tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das operações da escola, do ambiente em que atua e da sua dinâmica económica e financeira.

O relatório de gestão, constitui um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

---

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

### 2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade

Número de Identificação Fiscal:

### 2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Rua da Escola, N.º 2, Passo, 9240 – 217, São Vicente

Telefone: 291 840 070

E-mail: ebsdlandrade@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 13

Investimento 43 9 50 07 13

Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia – SRE

### 2.4 REGIME FINANCEIRO

**Natureza Jurídica:** Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

### 2.5 LEGISLAÇÃO

**Constituição:** Portaria n.º 72/88, de 11 de Agosto

**Orgânica e Funcionamento:** Decreto Legislativo Regional n.º. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º. 21/2006/M, de 21 de junho.

## 2.6 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2023 a Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente, regula-se pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de Janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de Junho, no que concerne ao regime de Autonomia e Administração. Os órgãos de Direção, Administração e Gestão são os que se passam a elencar: Conselho da Comunidade Educativa; Conselho Executivo; Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

Composição do Conselho da Comunidade Educativa constituído por 16 elementos designadamente: o Presidente do Conselho da Comunidade Educativa; o Presidente do Conselho Executivo; a Presidente do Conselho Pedagógico; quatro representantes do Pessoal Docente, dois do Pessoal Não Docente, um da Autarquia, dois representantes de Alunos, um elemento dos serviços de Psicologia e Orientação, um elemento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de São Vicente e dois Representantes de Pais / Encarregados de Educação. São funções deste órgão nomeadamente: aprovar o Projeto Educativo da Escola; o Regulamento Interno; dar parecer sob as linhas orientadoras do orçamento e das contas de gerência; define também a política educativa do estabelecimento de ensino, de acordo com o Decreto Legislativo Regional 21/2006/M de 21 de Junho.

Composição do Conselho Executivo constituído por três elementos: o Presidente Bento Alberto Machado da Silva e dois Vice-presidentes Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso e Maria Georgina Figueira Ramos. São atribuições deste órgão designadamente: elaborar o Projeto do Orçamento; elaborar o Projeto Educativo da Escola; elaborar o Regulamento Interno da Escola; estabelecer protocolos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições e definir o regime de funcionamento desta unidade escolar.

Composição do Conselho Pedagógico constituído por 14 elementos: quatro Coordenadores de Departamento Curricular; três Coordenadores de Diretores de Turma, um Coordenador da Comissão de Formação; um Coordenador das Atividades Extra - Curriculares; um coordenador do ensino profissional, um coordenador do Projeto de Autoavaliação, o Presidente do Conselho Executivo, o Presidente do

Conselho da Comunidade Educativa e a Presidente do Conselho Pedagógico. Tem como função a coordenação e orientação Pedagógica da escola.

Composição do Conselho Administrativo constituído por três elementos: o Presidente Bento Alberto Machado da Silva; o Vice – presidente Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso e a Secretária Maria da Graça Rodrigues de Gouveia. Tem como atributos nomeadamente: aprovar o orçamento anual da escola, elaborar o relatório de contas de gerência e autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento.

O Departamento Administrativo é constituído por: um Coordenador dos Serviços Administrativos Escolares, em Regime de Comissão de Serviço e onze Assistentes Técnicos.

A Biblioteca da Escola tem ao seu serviço um Assistente Técnico.

O serviço de Psicologia e Orientação Vocacional e Profissional é constituído por 1 Técnico Superior, na área da Psicologia.

O serviço de Apoio ao Aluno e à Família é constituído por 1 Técnico Superior, na área do Apoio Social.

Para os Laboratórios de Informática, encontra-se adstrito com um Técnico de Informática e para os de Biologia e Físico-Química um Assistente Técnico.

A cozinha deste estabelecimento de ensino tem em exercício de funções três Assistentes Operacionais em que um é o Encarregado Operacional da área da cozinha.

A vigilância e limpeza do edifício escolar são realizadas por 21 elementos da categoria de Assistente Operacional, orientados por um Encarregado Operacional – área geral deste grupo de pessoal.

A manutenção do edifício e dos equipamentos é realizada por um trabalhador da categoria de Assistente Operacional.

O serviço de reprografia é assegurado por 1 Assistente Operacional.

O Pessoal Docente é constituído pelos elementos e categorias profissionais abaixo indicadas:

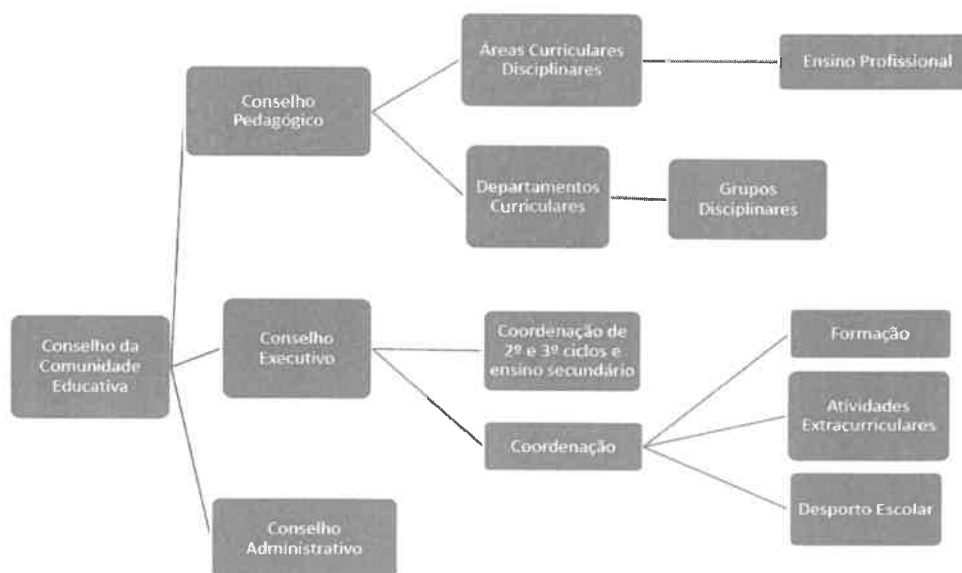
- 38 Docentes pertencentes ao mapa de pessoal da escola, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

- 31 Docentes pertencentes ao mapa de pessoal da zona pedagógica B com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

- 12 Docentes com contrato a termo resolutivo.

## 2.7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma da escola compõe-se dos órgãos de direção, administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:



## 2.8 Missão

A Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São vicente, tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência, proporcionando uma educação reflexiva e significativa para formar cidadãos

autónomos, críticos, possuidores das competências e capacidades necessárias a um bom desempenho pessoal, social e profissional e/ou para o prosseguimento de estudos, numa sociedade em constante mudança.

## 2.9 ATRIBUIÇÕES

A Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras conforme organograma acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M.

São atribuições da Escola, pautadas através do Projeto Educativo da Escola (PEE):

- Promover o sucesso escolar de todos os alunos, através de medidas diferenciadas e de inclusão, garantindo a igualdade de oportunidades e a formação integral dos alunos;
- Fomentar o trabalho colaborativo entre docentes;
- Criar um clima escolar favorável à aprendizagem, de respeito mútuo e de civismo;
- Promover e/ou participar em atividades;
- Criar mecanismos de participação efetiva dos pais e encarregados de educação, garantindo um melhor acompanhamento escolar dos seus educandos;
- Promover e/ou frequentar formação contínua e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecer protocolos com instituições/empresas;
- Promover um ambiente estimulante.

## 2.10 Visão

A Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente tem como visão promover a formação de cidadãos humanistas, críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, onde seja dada ênfase à competência de aprender de forma autónoma para

que, ao longo da vida, deem respostas eficazes às exigências de um planeta onde os desafios de sustentabilidade colocam-se diariamente, onde os avanços científicos e tecnológicos evoluem a um ritmo alucinante, impulsionando o aparecimento de novas profissões e o desaparecimento de outras, onde as relações laborais sofrerão profundas readequações e no qual uma profissão para a vida inteira poderá ser uma miragem, tendo presente os desafios os desafios que se colocam ao município de São Vicente, ao nível demográfico, ambiental e económico.

### **2.11 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA**

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M e do regulamento interno, foram aprovados os estatutos da Escola definindo-se a sua estrutura interna, as competências dos seus órgãos, serviços e o respetivo modo de funcionamento.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

### **2.12 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES**

#### **Conselho da Comunidade Educativa**

Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projeto educativo da escola, se necessário possíveis ajustes e acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola e possíveis ajustes ao mesmo;

- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- l) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

### **O Conselho Executivo**

O Conselho Executivo é o órgão de gestão da escola nas áreas, pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

O Presidente e os dois Vice-presidentes detêm as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- 1 — Compete ao Conselho Executivo, ouvido o Conselho Pedagógico:
  - a) Verificar e dar continuidade ao projeto educativo da escola, aprovado para o quadriénio e se necessário ajustes ;

b) Dar continuidade ao regulamento interno da escola, com possíveis ajustes à aprovação do Conselho da Comunidade Educativa, para o quadriénio.

2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:

- a) Definir o regime de funcionamento da escola;
- b) Elaborar o projecto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;
- c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respectivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
- d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
- e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f) Distribuir o serviço docente e não docente;
- g) Designar os directores de turma;
- h) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
- i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, colectividades e outras entidades;
- l) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

### **Conselho Pedagógico**

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e

contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projeto educativo da escola e possíveis ajustes ao mesmo, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola e possíveis ajustes ao mesmo;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projeto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar ativamente em atividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar ativamente em atividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou diretor e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

### **Conselho Administrativo**

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o

estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

### **2.13 PERSPETIVAS FUTURAS**

Vemos a necessidade de contenção de despesas e aproveitamento dos recursos existentes, nomeadamente na inventariação dos materiais da escola e no redefinir de uma utilização por todos.

A escola vive com a comunidade e deverá fazer render as suas valências disponibilizando-se para parcerias de desenvolvimento, de modo a compensar e ser compensada.

A digitalização e a criação de uma estrutura organizativa quer administrativa, quer pedagógica.

Necessidade de migrar para um domínio edu.madeira.gov.pt. bem como de um contínuo apetrechar de salas de aulas com monitores digitais e com acesso a uma rede mais rápida e funcional, bem como a modernização dos computadores dos serviços administrativos e armanejamento de dados.

Há necessidade de instalar uma rede de videovigilância, cumprindo todos os requisitos da proteção de dados, para salvaguarda dos alunos, pessoal docente e não docente e bens das instalações. Este facto deve-se muito a alguns episódios de bullying nos pátios e corredores ficando deste modo salvaguardado qualquer ato deste género.

Ainda se salienta a necessidade de uma rede de impressoras com programa de contabilização das impressões por utilizador.

### **3 RECURSOS FINANCEIROS**

---

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente no ano económico de 2023. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

#### **3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

##### **Orçamento da receita**

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente no ano económico de 2023. A análise se baseia nos dados disponibilizados, com destaque para o montante global arrecadado, a comparação com as previsões corrigidas e a desagregação por fonte de receita.

No ano económico de 2023, a receita cobrada registou um montante global de 4.316.621,95 EUR, a que corresponde 98,66% face às previsões corrigidas, desagregada em transferências do orçamento da Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Considerando o “Anexo X”, emitido pela DROT através da Circular nº 6/ORÇ/2023, de 2 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, respetivamente a fonte financiamento 311.

### Estrutura e execução da receita

Estrutura e execução da receita  
SNC-AP - Sistema de Normalização Contábil para as Administrações Públicas

RECEITA	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações recebidas	Estrutura	Execução
<b>CORRENTES</b>	<b>4 114 762,00</b>	<b>4 361 336,00</b>	<b>4 304 761,35</b>	<b>4 304 761,35</b>	99,73%	98,70%
<b>Esforço financeiro nacional (OE)</b>	<b>4 017 329,00</b>	<b>4 210 973,00</b>	<b>4 158 363,09</b>	<b>4 158 363,09</b>	96,33%	98,75%
311						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 754 429,00	3 948 298,00	3 940 748,41	3 940 748,41	91,29%	99,81%
381						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	183 200,00	182 975,00	136 444,87	135 444,87	3,16%	74,57%
386						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00					
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	55 650,00	66 325,00	67 880,87	67 880,87	1,57%	102,35%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20 000,00	12 360,00	12 359,20	12 359,20	0,29%	99,99%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 850,00	1 015,00	929,74	929,74	0,02%	91,60%
05-RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	100,00					
<b>Financiamento da UE</b>	<b>97 433,00</b>	<b>150 363,00</b>	<b>146 398,26</b>	<b>146 398,26</b>	3,39%	97,36%
483						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79 863,00	123 248,00	119 998,58	119 998,58	2,78%	97,36%
484						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17 570,00	27 115,00	26 399,68	26 399,68	0,61%	97,36%
<b>CAPITAL</b>	<b>12 259,00</b>	<b>2 709,00</b>	<b>567,58</b>	<b>567,58</b>	0,01%	20,95%
<b>Esforço financeiro nacional (OE)</b>	<b>4 401,00</b>	<b>2 709,00</b>	<b>567,58</b>	<b>567,58</b>	0,01%	20,95%
381						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 401,00	2 709,00	567,58	567,58	0,01%	20,95%
<b>Financiamento da UE</b>	<b>7 858,00</b>					
483						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 441,00					
484						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 417,00					
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>11 294,00</b>	<b>11 293,02</b>	<b>11 293,02</b>	0,26%	99,99%
<b>Esforço financeiro nacional (OE)</b>		<b>11 294,00</b>	<b>11 293,02</b>	<b>11 293,02</b>	0,26%	99,99%
386						
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		11 294,00	11 293,02	11 293,02	0,26%	99,99%
<b>Total Geral</b>	<b>4 127 021,00</b>	<b>4 375 339,00</b>	<b>4 316 621,95</b>	<b>4 316 621,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>98,66%</b>

#### Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

O Quadro 1 - "Estrutura de Execução da Receita" oferece uma visão abrangente da composição das receitas da escola, categorizadas em três grupos principais: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A análise baseia-se nos dados disponibilizados, destacando as fontes de receita, as previsões iniciais e corrigidas, a receita liquidada e cobrada, bem como o grau de execução.

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes

financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 3.754.429,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 3.948.298,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 3.940.748,41 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 99,81%.

Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 183.200,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 182.975,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 136.444,87 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução de 74,57%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 55.650,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 67.880,87 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento económico de outras receitas correntes que apresentou uma previsão inicial no montante de 20.000,00 EUR, apresentando no final do exercício económico um montante global de 12.359,20 EUR de receita liquidada e cobrada. Ainda, o agrupamento das taxas, multas e outras penalidades, apresentou um montante inicial de 3.850,00 EUR, terminando com o montante de 1.015,00 EUR de previsão corrigida. No final do exercício apresentou um montante global de receita liquidada e cobrada no montante de 929,74 EUR. Ressalta-se que as categorias de transferências correntes e rendimentos da propriedade apresentaram a menor representatividade entre as receitas, com um montante de previsão corrigida de 100,00 EUR. Esse valor confirmou-se na receita líquida e cobrada no final do exercício económico de 2023.

Analisando as receitas de capital, provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital na fonte financiamento 381 apresentou um montante de previsão inicial de 4.401,00 EUR, ao

longo do exercício económico foi revisada para uma previsão corrigida de 2.709,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de receita liquidada e cobrada no montante de 567,58 EUR nas transferências de capital não afetas a projetos cofinanciados.

No que diz respeito às receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas referentes ao agrupamento económico das transferências correntes da fonte financiamento 483 registaram uma previsão inicial no montante de 79 863,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 123 248,00 EUR de previsão corrigida. No final do exercício económico registou uma receita liquidada e cobrada um montante de 119.998,58 EUR.

Considerando-se ainda as receitas da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão de 17.570,00 EUR, e durante o exercício económico alcançaram um montante de 27.115,00 EUR de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2023, a escola apurou um montante global de 26.399,68 EUR de receita liquidada e cobrada.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital das fontes 483 e 484, inicialmente previstas em 6.441,00 EUR, e 1.417,00 EUR respetivamente, não originaram qualquer impacto ao longo do exercício económico.

Por fim, as outras receitas provenientes do esforço financeiro nacional, respeitantes às receitas da fonte financiamento 386 de saldos da gerência anterior, iniciaram com uma previsão corrigida de 11.294,00 EUR, e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 11.293,02 EUR.

### **Orçamento da despesa**

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

### Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2023 ascendeu ao montante total de 4.300.195,06 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 97,10% do orçamento corrigido.

Estrutura e execução da Despesa								
SNV-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas								
Soma de ABS	DESPESA	Rótulos de Coluna .T		A	B	C	D	
		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Pagamentos do período	Estrutura	Execução
<b>CORRENTES</b>		<b>4 114 762,00</b>	<b>4 372 024,00</b>	<b>4 299 627,48</b>	<b>4 247 677,10</b>	<b>4 245 251,15</b>	99,99%	97,16%
- Esforço financeiro nacional (OE)		4 017 329,00	4 221 661,00	4 153 229,22	4 101 278,84	4 098 852,89	96,54%	97,15%
- 311								
- 01-DESPESAS COM O PESSOAL		3 754 429,00	3 948 299,00	3 940 748,41	3 940 748,41	3 940 748,41	92,76%	99,81%
- 381								
- 02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		181 359,00	177 892,00	160 162,43	133 948,78	131 522,83	3,15%	75,30%
- 03-JUROS E OUTROS ENCARGOS		1 650,00	420,00	27,04	27,04	27,04	0,00%	6,44%
- 04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			4 472,00	2 315,60	2 315,60	2 315,60	0,05%	51,78%
- 06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		191,00	191,00	153,45	153,45	153,45	0,00%	80,34%
- 385								
- 02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		78 200,00	89 889,00	49 518,59	23 932,06	23 932,06	0,56%	26,62%
- 06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1 500,00	500,00	303,70	158,50	153,50	0,00%	30,70%
- Financiamento da UE		97 493,00	150 363,00	146 398,26	146 398,26	146 398,26	3,45%	97,36%
- 483								
- 02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		79 863,00	123 248,00	119 998,58	119 998,58	119 998,58	2,82%	97,36%
- 484								
- 02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		17 570,00	27 115,00	26 399,68	26 399,68	26 399,68	0,62%	97,36%
<b>CAPITAL</b>		<b>12 259,00</b>	<b>3 315,00</b>	<b>567,58</b>	<b>567,58</b>	<b>567,58</b>	0,01%	17,12%
- Esforço financeiro nacional (OE)		4 401,00	3 315,00	567,58	567,58	567,58	0,01%	17,12%
- 381								
- 07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4 401,00	2 709,00	567,58	567,58	567,58	0,01%	20,95%
- 386								
- 07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL			606,00					
- Financiamento da UE		7 858,00						
- 483								
- 07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		6 441,00						
- 484								
- 07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 417,00						
<b>Total Geral</b>		<b>4 127 021,00</b>	<b>4 375 339,00</b>	<b>4 300 195,06</b>	<b>4 248 244,68</b>	<b>4 245 818,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>97,10%</b>

### Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 3.754.429,00 EUR, no período em análise

contabilizou um montante de 3.948.298,00 EUR de dotação corrigida, no encerramento do exercício económico, as obrigações somaram o montante de 3.940.748,41 EUR absorvendo 99,81% do total da despesa executada tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com as remunerações certas e permanentes e as Contribuições para Segurança Social no montante global de 3.893.745,31 EUR.

Relativamente à fonte financiamento 381 na aquisição de bens e serviços correntes, inicialmente com uma despesa orçamentada no montante global de 181.359,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico ajustada para uma dotação corrigida no montante global de 177.892,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas no montante de 160.162,43 EUR e pagas no montante de 133. 948,78 EUR, absorvendo 75,30% do total da despesa executada. Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, nos juros e outros encargos apresentou dotações iniciais no montante de 1.650,00 EUR, ao longo do exercício económico foi efetuado um ajuste para uma dotação corrigida de 420,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 27,04 EUR de obrigações processadas e pagas.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam uma dotação inicial no montante de 4.401,00 EUR, ajustada para uma dotação corrigida no montante de 2. 709,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas e pagas de 567,58 EUR.

A despesa na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes com uma dotação inicial no montante de 78.200,00 EUR, ao longo do exercício económico foi ajustada para uma dotação corrigida de 89.888,00 EUR. No final do exercício apresentou um montante global de obrigações processadas de 49. 518,59 EUR e pagas de 23.932,06 EUR.

Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços

correntes, apresentaram uma dotação inicial de 79.863,00 EUR, seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 123.248,00 EUR e no final do exercício económico alcançaram um montante de 119.998,58 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2023 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 17.570,00 EUR seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 27.115,00 EUR e durante o exercício económico ajustaram para um montante de 26.399,68 EUR de obrigações processadas e pagas.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital nas fontes 483 e 484, apresentando dotações iniciais no montante de 6.441,00 EUR e 1.417,00 EUR, respetivamente, não originaram qualquer impacto ao longo do exercício económico.

### ***Evolução da despesa***

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2023 ascendeu ao montante global de 4.245.818,73 EUR.

No período de 2023, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes, o pagamento nas despesas correntes foi de 4.245.251,15 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal no montante de 3.940.748,41 EUR.

Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 131.522,83 EUR de despesa paga. As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam um montante pago de 567,58 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico das

aquisições de bens e serviços correntes ascendendo a uma despesa paga no montante de 23.932,06 EUR.

Por fim, nas fontes de financiamento 483 e 484 temos de despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes um montante de 119.998,58 EUR e 26.399,68 EUR respetivamente.

### ***Encargos assumidos e não pagos***

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2023, no montante de 51.950,38€. Há também que salientar a existência de compromissos assumidos no montante de 1935,67€, não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

### **Indicadores orçamentais**

Indicador	Formula de cálculo	2023	2022	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	98,7%	99,0%	0%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	97,1%	98,7%	-2%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	98,7%	99,9%	-1%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva / Total receita cobrada efetiva	99,9%	99,9%	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva / Total despesa paga efetiva	97,1%	98,7%	-2%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	57 084,25	- 4 647,77	-1328%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-	-	0%
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	57 111,29	- 4 635,37	-1332%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	57 084,25	- 4 647,77	-1328%

### ***Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais***

#### **3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua

atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

## Situação Económica

### *Gastos operacionais*

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 4.304.861,87 EUR. (cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2023	%	2022	%	Variação	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	82 735,67	1,92%	64 432,00	1,68%	18 303,67	28,41%
Fornecimentos e serviços externos	197 781,44	4,59%	163 715,40	4,27%	34 066,04	20,81%
Gastos com o pessoal	4 021 520,76	93,42%	3 602 792,48	94,03%	418 728,28	11,62%
Transferências correntes concedidas	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Prestações sociais concedidas	2 315,60	0,05%	690,39	0,02%	1 625,21	235,40%
Provisões do período	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	508,40	0,01%	2,25	0,00%	506,15	22495,56%
	<b>4 304 861,87</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 831 632,52</b>	<b>100,00%</b>	<b>473 229,35</b>	<b>12,35%</b>
	0,00	-	0,00	-	-	-

Gastos sobre investimentos	2023	%	2022	%	Variação	Variação %
Gastos de depreciação e de amortização	66 407,00	100,00%	62 716,07	100,00%	3 690,93	5,89%
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Perdas por reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>66 407,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>62 716,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 690,93</b>	<b>5,89%</b>

### **Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais**

No ano económico de 2023, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 93,42% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 4.021.520,76 EUR, seguido

dos fornecimentos e serviços externos com 4,59% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 197.781,44 EUR, e ainda os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas com um montante de 82.735,67 EUR com 1,92% do total de gastos operacionais.

Os gastos de depreciação e de amortização totalizam um montante de 66.407,00 EUR.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Os gastos não operacionais, registaram um montante global de 27,04 EUR. (cfr. quadro infra nº 5).

Gastos Financeiros	2023	%	2022	%	Variação	%
Gastos por juros e outros encargos	27,04	100,00%	12,40	100,00%	14,64	118,06%
<b>Total</b>	<b>27,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,64</b>	<b>118,06%</b>

#### **Quadro n.º 5 – Estrutura de Gastos não operacionais**

#### **Rendimentos operacionais**

No ano económico de 2023, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 4.407.633,97 EUR.

Rendimentos operacionais	2023	%	2022	%	Variação	Variação %
Impostos, contribuições e taxas	929,74	0,02%	784,50	0,02%	145,24	18,51%
Vendas	67 303,22	1,53%	59 757,18	1,52%	7 546,04	12,63%
Prestações de serviços e concessões	12 878,85	0,29%	12 873,51	0,33%	5,34	0,04%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 304 938,03	97,67%	3 825 553,77	97,22%	479 384,26	12,53%
Outros rendimentos	21 584,13	0,49%	35 859,55	0,91%	-14 275,42	-39,81%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
<b>Total</b>	<b>4 407 633,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 934 828,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>472 805,46</b>	<b>12,02%</b>

#### **Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais**

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, que ascendeu o valor de 4.304.938,03 EUR, correspondendo a cerca de 97,67% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a categoria das vendas no montante de 67.303,22 EUR com peso aproximadamente de 1,53%, seguida dos outros rendimentos no montante de 21.584,13 EUR com um peso aproximadamente de 0,49%, seguida das prestações de serviços e concessões no montante de 12.878,85 EUR com um peso de cerca de 0,29% (cfr. quadro n.º 6).

### ***Financiamento da atividade***

Em 2023 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições públicas estão sujeitas.

### ***Apuramento dos Resultados***

Resultados		2023	2022	Varição	Varição
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	102 772,10	103 195,99	- 423,89 €	-0,41%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	36 365,10	40 479,92	- 4 114,82 €	-10,17%
Resultado antes de impostos		36 338,06	40 467,52	- 4 129,46 €	-10,20%
Resultado Líquido do Período		36 338,06	40 467,52	- 4 129,46 €	-10,20%

### **Quadro n.º 7 – Apuramento de Resultado**

Dimensão	Indicador	Formula de cálculo	2023	2022	Var %
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,39	1,46	-5%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,39	1,46	-5%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,01	0,01	-8%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	1,27	1,41	-10%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas - custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,19	0,06	199%
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)	Resultados Líquidos / Patrimônio Líquido * 100	14,83%	17,62%	-16%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	11,7%	14,1%	-17%
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios / Ativo	9,25%	10,06%	-8%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários / Saldo médio Custo das vendas * 365			
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMR)	Saldo médio Fornecedores / Saldo médio (Compras + FSE) * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365			
Estrutura	Autonomia Financeira	Patrimônio Líquido/Ativo	27,95%	31,48%	-11%
Financeira	Solvabilidade	Patrimônio Líquido/Passivo	38,79%	45,94%	-16%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	38,074%	8322,26%	-54%
	Endividamento	Passivo/Ativo	72,05%	68,52%	5%

**Quadro n.º 8 – Indicadores económico-financeiros**

Demonstração de Resultados



Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - São Vicente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
POR NATUREZA

SNC-AP - Sistema de Normalização Contábilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2023

Original

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
Impostos sobre o valor acrescentado		628,74	784,50
Varidas		87 303,22	59 737,18
Prestações de serviços e concessões		12 878,83	16 879,21
Transferências e subsídios recebidos		4 304 878,93	3 822 553,77
Resultados: Ganhos reputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos investimentos de produção			
Tributos para a maioria entidades			
Costo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos investimentos transferidos		- 82 715,67	- 64 431,00
Fornecimentos e serviços a terceiros		- 197 781,44	- 143 713,40
Gastos com pessoal		- 4 001 520,76	- 3 602 782,48
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais		- 2 315,66	- 600,39
Imparidade de inventários e outros encargos (perdas reversíveis)			
Imparidade de dívidas e recebíveis (perdas reversíveis)			
Provisões (avulsos) reversíveis			
Imparidade de investimentos não depreciáveis, amortizáveis (perdas reversíveis)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		21 384,13	33 829,33
Outros gastos		- 306,60	- 2,23
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		102 772,30	103 193,59
Gastos reversíveis de depreciação e amortização		- 66 497,00	- 62 716,27
Imparidade de investimentos depreciáveis, amortizáveis (perdas reversíveis)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		36 275,30	40 477,32
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		- 27,04	- 12,40
Resultado antes de impostos		36 248,26	40 464,92
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		36 248,26	40 464,92

Situação Financeira

Balanço



Escola Básica e Secundária D.ª Lucinda Andrade, São Vicente

BALANÇO

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas  
APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2023

Original

DIRECÇÕES	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		230 407,17	222 243,04
Ativos biológicos			
Participações financeiras		161,20	334,90
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas, sócios, associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
<b>Ativo corrente</b>		<b>230 568,37</b>	<b>222 577,94</b>
Existências			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas, sócios, associados			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros de curto prazo		640 831,80	502 401,00
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes cedidos para venda			
Caixa e depósitos			
<b>Total do ativo</b>		<b>5 434,21</b>	<b>4 660,81</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património, Capital		646 206,21	507 061,67
Águas (quotas) próprias		876 834,3a	729 679,51
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transferidos			
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		68 361,43	28 093,91
Outros valores no património líquido			
Resultado líquido do período		90 608,53	90 367,0a
Dividendos antecipados		36 338,06	40 467,52
Interesses que não controlam			
<b>Total do património líquido</b>		<b>643 039,50</b>	<b>529 660,2a</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>		<b>31 228,72</b>	<b>2 423,93</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		3 434,21	4 660,81
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas, sócios, associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros de curto prazo		573 111,80	492 692,67
Outros passivos financeiros			
<b>Total do passivo</b>		<b>631 774,70</b>	<b>499 099,43</b>
<b>Total do património líquido e do passivo</b>		<b>676 834,3a</b>	<b>729 679,51</b>

### ***Lançamentos de abertura do exercício***

No âmbito da aplicação novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

### **3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 36.338,06 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

São Vicente, 25 de julho de 2024

O Conselho Administrativo



The image shows a handwritten signature in black ink over a blue circular stamp. The stamp contains the text: "REGIONAL DA EDUCAÇÃO", "SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO", "PORTUGAL", and "ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. LUCINDA ANDRADE, S. VICENTE". The signature appears to be "João Gonçalves".